

# Quércia diz que governadores defenderão proposta tributária

SÃO PAULO — O governo federal encontrará grande resistência dos governadores, se insistir em modificar a proposta de reforma tributária em tramitação na Constituinte. A posição foi antecipada pelo governador Orestes Quércia, ao anunciar que “todos os governadores” superaram as divergências e se uniram na defesa do projeto.

Contornadas as diferenças — a principal delas, sobre quem deve arrecadar o ICM, uma questão que contrapunha os estados do Nordeste ao do Sul — reiniciaram-se as articulações para um encontro dos 22 governadores do PMDB, ainda este mês, no Rio de Janeiro. O governador de São Paulo discutiu a reunião, ontem, por telefone, com o governador Moreira Franco, e com o governador de Goiás, Henrique Santillo, a quem recebeu no Palácio dos Bandeirantes.

“Há uma movimentação de autoridades do governo federal com o objetivo de modificar o projeto”, queixou-se Quércia,

explicando que por isso, reunidos na última semana, em Canela (RS), os secretários de Fazenda estaduais acertaram que todos os governadores devem “lutar em favor da proposta”.

“Através de um processo de consulta entre todos os governadores, e a partir do encontro do Rio de Janeiro, estaremos estabelecendo a forma de apoio do projeto”, reforçou Santillo.

Em almoço que oferece hoje em palácio ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), Orestes Quércia falará das principais sugestões dos governadores, principalmente as do governador do estado de São Paulo, para a nova Carta.

Os governadores querem a alíquota do ICM estabelecida pelos estados; a paridade salarial dos servidores públicos, tendo como parâmetro os salários do executivo; a fixação do número de vereadores de cada cidade pelas assembleias

legislativas; a exclusão dos empregados da gestão das empresas estatais (a proposta em tramitação prevê que eles serão metade das diretorias); e a proibição de reeleição de prefeitos e governadores.

São Paulo, particularmente, adiantou Quércia, vai reivindicar que sua representação no Congresso Nacional passe de 60 — limite máximo, hoje — para 80 parlamentares.

“Eu não vejo nenhuma crise na Aliança Democrática. As coisas estão indo bem e não deverá haver problema algum com relação a esta última modificação ministerial (na pasta do Interior é na Sudene, comentou Quércia. Santillo também defendia a manutenção da coligação PMDB-PFL. “Minha posição é de apoiar o governo federal nesse processo de transição, e não há condições para rompimento da Aliança Democrática.” O governador de Goiás defendeu a instituição do parlamentarismo e mandato de cinco anos para o presidente Sarney.